

TEORIAS RACIAIS E O DISCURSO DE BRANQUEAMENTO EM REDES SOCIAIS: A PÁGINA ORGULHO DE SER BRANCO

Laís Gomes Borges (G-UEMS)

Laís Silva (G-UEMS)

Maria Raquel da Cruz Duran (UEMS)

Patrícia Aparecida Benedita Braga (UEMS)

RESUMO: O presente artigo possui o objetivo central de problematizar o conteúdo de uma página da rede social *Facebook* denominada *Orgulho de ser branco* em relação ao debate científico que permeou todo o século XIX e XX paralelo ao determinismo social entre raças. Em seguida busca debater, como ainda hoje, século XXI essas teorias são ressuscitadas na explanação de valores ideológicos que permeiam a ideia de branquitude e são camufladas pela ideia de liberdade de expressão. A justificativa ancora-se por ser um problema social evidente na contemporaneidade que necessita de reflexão científica epistemológica.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Branquitude. Facebook.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma discussão sobre a prática de afirmação da branquitude e a ocultação do preconceito racial no site de relacionamento intitulado *Facebook*. Desta forma, a questão de partida é: quais são as implicações decorrentes da afirmação de branquitude em redes sociais digitais na construção da identidade negra?

O objetivo geral deste trabalho, ainda em fase de iniciação científica, é o de tratar a questão do preconceito racial em mídias digitais e a participação destas no processo de construção da identidade individual/social. Para tal, neste trabalho será feita uma reflexão acerca de um dos perfis/grupos do site *Facebook* que divulgou conteúdos racistas, buscando identificar a repercussão e posicionamento dos indivíduos no veículo de comunicação *online*, bem como problematizar os argumentos que aludem a teorias racistas.

Justificamos tal problemática tendo em vista o número de denúncias por crimes raciais do referido site – segundo informações divulgadas pela organização civil *Safernet* em 2013, sendo tal mote amplamente discutido no campo das Ciências Sociais. Assim sendo, utilizamos como referencial teórico autores como K. Munanga (2008) e DaMatta (1952).

Destarte, por meio do referencial bibliográfico relacionado e do método da observação participante, construiremos as bases do discurso do tema do branqueamento ao longo da história e os seus reflexos no Brasil, além de refletir acerca da importância do reconhecimento negro para a construção de uma identidade coletiva no contexto atual.

Este artigo se desenvolverá da seguinte forma. Após esta introdução, haverá a apresentação do debate nas Ciências Sociais, destacando as teorias raciais do século XIX – especificamente a monogenia e a poligenia. Conhecidas por abordar em tese os níveis de evolução, classificados de forma progressiva, do inferior ao superior, determinando o estágio da raça por meio de fatores culturais e biológicos, cujo auge da civilização, parte de uma perspectiva eurocêntrica que classifica por meio da hereditariedade à homogeneização das culturas.

Para Lévi-Strauss (1952, p. 232)

A noção de evolução biológica corresponde a uma hipótese dotada de um dos mais altos coeficientes de probabilidade que é possível encontrar no domínio das ciências naturais, quanto que a noção de evolução social ou cultural não constitui, quando muito, senão um processo sedutor, mas perigosamente cômodo, de apresentação dos fatos.

Esses pensamentos deram embasamento para que a teoria da branquitude e do orgulho de ser branco na atualidade, fossem tão vivaz. Os moldes patriarcais como são mostrados nas análises clássicas, submetem a desigualdade na troca de acordos e um conjunto de cor, *status* e gênero. O *pater familia* é o poder de reger o destino da família. A mulher branca está vinculada ao desempenho doméstico (mãe e esposa) cujo sexo é posto depois, pois carrega o peso da honra de sua família, motivo este de castração de sua sexualidade, enquanto que, a mulher negra ou mulata é utilizada para a satisfação do homem branco. (MOUTINHO, 2002).

Num segundo momento destacaremos os principais argumentos publicados pela página, procurando discutir a ambientação do debate nas redes sociais e suas complexidades. Por fim, versaremos sobre a construção da identidade negra, inserida no âmbito da afirmação da branquitude em redes sociais digitais, questão a qual nos propusemos a dar um parecer inicial.

A ideia construída de indivíduo pós-moderno, marcado expressivamente pela fluidez dos novos tempos e constantemente sujeita a

rápidas transformações, corresponde a diversas mutações que tornam a identidade complexas de delimitação. (BAUMAN, 2001 apud NÓBREGA, 2010, p. 96) Sendo assim a identidade passa a se transformar constantemente, deixando de ser dada no momento do nascimento e assumindo o lugar de escolha do indivíduo. Conseqüentemente deixa de ser e passa a tornar-se conforme dito por Hall e citado por Nóbrega (2010, p. 96) "(...) um conceito calcado na artificialidade, mas nem por isso menos importante. A identidade é uma convenção socialmente necessária". (NÓBREGA, 2010, p. 95-99).

Parte I – Raça e o orgulho de ser branco: a construção de um debate.

A ideia de pureza racial se construiu, a fim de, produzir uma hegemonia branca em cor, sangue e tradição. A pluralidade étnica foi subjugada e uma parte dela exterminada na busca pela pureza racial, fruto do determinismo biológico de Charles Darwin (autor do século XIX amplamente usado nas teorias das ciências naturais e sociais). Esse princípio evolutivo denominado posteriormente de *Evolucionismo Social*, mas também considerado como *Racismo Científico*, devido à sua teoria classificatória gradual que varia entre os extremos, primitivo e civilizado, além de identificar as raças como inferiores e superiores, determinando o modelo ideal de civilização e categorizando-as de acordo com o seu relativo desenvolvimento ao civilizado. Esse progresso, segundo os evolucionistas, depende da pureza racial; a mistura das raças provoca a degenerescência da hegemonia dos povos, implicando diretamente no progresso dessas civilizações. (MUNANGA, 2008, p. 45).

Os reflexos dessas teorias tomaram força quando Gregor Mendel inicia sua pesquisa biológica em 1856 e conclui-a em 1865, por meio da experimentação do cruzamento de ervilhas de determinada cor e tamanho que poderia controlar as características recessivas e dominantes de acordo com o cruzamento realizado entre as próprias, concluindo assim, que a mistura das espécies aumenta a variabilidade entre elas. Foi a partir desta pesquisa biológica que o cientista Francis Galton (primo de Charles Darwin) realizou investigações genéticas em busca do aperfeiçoamento físico e mental dos seres humanos, recorrendo à hereditariedade da espécie. É desse princípio biológico e nessa busca pelo humano "ideal" que surge a *eugenia*,

teoria que passou a ganhar potência entre os intelectuais e acadêmicos ingleses no início do século XX, tendo maior adesão nos Estados Unidos e na Alemanha, onde a nova ciência passou a ter seus princípios colocados em prática. (CASTRO, 2005, p. 12-13).

Adolf Hitler adaptou os princípios e formulou o livro *Mein Kampf*, no qual expande suas teorias racialistas, difundidas expressivamente na Alemanha e na França a partir de 1933, fazendo valer assim a hierarquia das raças humanas e condenando a mestiçagem. Tais teorias, defendidas pelo partido nazista, apresentam um processo de desvalorização das qualidades que tornará os dominadores capazes de dominar. O resultado desse processo é a esterilização forçada. (MUNANGA, 2008, p. 45).

O evolucionismo cultural, conseqüente do determinismo biológico, tem como principais nomes os antropólogos Lewis H. Morgan, Edward B. Taylor e James G. Frazer que desenvolveram o axial da teoria com base na noção de evolução darwiniana. Por intermédio de tal conceituação as civilizações passaram a ser catalogadas de acordo com o seu desenvolvimento e a sua cultura remetida a um estágio evolutivo conforme a acumulação, descobertas, hábitos e costumes, considerando que a humanidade segue o mesmo curso histórico passando progressivamente do período inicial, intermediário e superior – selvagem, bárbaro e civilizado. Logo, o estágio superior é o modelo de desenvolvimento para os povos "inferiores", nesse caso os que vivem mais próximos da natureza e possuem hábitos e costumes mais rudimentares.

A proposta era estudar a evolução das partes de um organismo social isolando-a das demais partes, de igual forma a que um biólogo faz ao estudar isoladamente um organismo do corpo, considerando possível estudar a religião ou a arte de um determinado povo, a erro do processo social ao qual ela se desenvolve. A cultura compreendida como fenômeno universal, passa a ser diferenciada em conformidade ao seu estágio evolutivo, sendo algumas mais "cultas ou civilizadas" do que outras. No entanto, a sobrevivência das culturas selvagens e primitivas era importante para provar o desenvolvimento dos povos civilizados-europeus. (CASTRO, 2005, p.14-15).

DaMatta (1981) coloca a seguinte questão e a responde em seguida: é possível reduzir a realidade a esses princípios utilitaristas, baseados na visão

evolucionista da cultura, e se isso for possível, por que há diferença? A compreensão social pautada na perspectiva biológica limita as possibilidades de respostas culturais e deixa de problematizar a diversidade humana. Portanto, analisar isoladamente questões de caráter social e cultural e atribuí-las a estudos conceituais biológicos é prevenir o acesso crítico a diversidade existente entre as sociedades, o que reflete no avanço das discussões da diversidade do mundo social e cultural. Sendo assim, a óptica naturalista não permite explicar as diferenças existentes na humanidade.

A dominação das culturas denominadas inferiores ou intermediárias em comparação com as desenvolvidas, como no caso do Brasil, eram justificadas por uma suposta necessidade de desenvolvimento cultural. A evolução desses povos deveria acontecer sob a liderança de culturas civilizadas, nesse caso, as europeias, segundo os evolucionistas, dotadas de uma evidente superioridade intelectual. A busca pelo estudo dos povos "selvagens e primitivos" explorava o passado das nações civilizadas, desta forma procuravam entender sua própria evolução e não compreender a diversidade étnica-cultural encontrada nos países colonizados. O escopo do desenvolvimento eram as sociedades europeias e norte-americana, as quais pertenciam os intelectuais da época. (CASTRO, 2005, p.16-18).

No Brasil, a elite intelectual, do final do século XIX e início do século XX, assim como na maior parte dos países colonizados, buscavam uma identidade nacional com respaldo científico nas produções acadêmicas europeias, reconhecidas e legitimadas como desenvolvidas/civilizadas. Enquanto os europeus temiam as consequências da modernização, os brasileiros a desejavam. A nossa civilização era interpretada como correspondente às tradições, com o desejo de progresso, pois o nosso adversário era o passado, associado aos instintos naturais. (MISKOLCI, 2012, p. 23).

De acordo com Munanga (2008, p. 48):

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as

dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontraram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

A questão chave deste debate era como definir um tipo étnico brasileiro, ou seja, existia a possibilidade de transformar toda essa pluralidade de raças, já mestiças, de identidade e valores tão diversos, em uma só nação? Diante da mistura de três raças tão diferentes como poderia o país ter um caráter próprio. (MUNANGA, 2008, p. 49).

A preocupação com essa nova feição nacional trouxe a urgência de caracterizá-la conforme os modelos raciais estabelecido pela ciência ocidental, para tal realização, interromperam o tráfico negreiro e intensificaram a imigração da população européia, para que viesse a prevalecer uma população numerosamente branca. Assim, dentro de algumas gerações, por meio da seleção das raças, com o declínio da população negra e o extermínio dos povos indígenas, alguns intelectuais acreditavam que dentro de um século, os negros, índios e mestiços desapareceriam. (MUNANGA, 2008, p. 51). A criação de uma nova raça operou sob o genocídio e o etnocídio das diferenças para criar uma verdadeira civilização brasileira, ignorando qualquer possibilidade de consolidar o Brasil plural como de origem.

A tomada das terras indígenas por colonos e representantes da Coroa resultou num enorme custo humano e social, por meio da sujeição da população local a trabalhos forçados e a serviços pessoais de diversos tipos. As mulheres indígenas foram submetidas a todas as formas de abuso sexual, além de empenhar-se em colonizar suas mentes. As consequências desse procedimento coercivo foram o deslocamento em massa e a notável derrocada da população, decorrente da ocupação militar por meio da transmissão de doenças trazidas pelos ibéricos e a fome que findou por desestruturar toda a base da organização social e econômica local. (STOLCKER, 2006, p.19).

Segundo Schwartz (1985 apud STOLCKER, 2006, p. 65) a exploração sexual exercida sob mulheres indígenas e africanas na conquista Sul-Americana logo resultou num crescente número da população mestiça. O fluxo do tráfico negreiro para as fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil fizeram de Salvador a capital da colônia brasileira e da Bahia o mais

importante centro de posse de escravos das Américas. As mulheres escravas também tinham a sua força de trabalho explorada nos moinhos de cana e no campo, sob supervisão masculina, prestando ainda serviços domésticos à casa-grande, onde tinham de suportar a sujeição em aventuras sexuais dos senhores. As "mulatas" representavam a satisfação sexual dos donos da casa-grande, as negras serviam a casa e ao trabalho pesado, além de alimentarem com seu próprio leite os filhos abastados dos senhores. Já as mulheres brancas, diplomáticas, garantiam a posição e o *status* social, além de preservar a pureza sanguínea assegurada pelo casamento.

O preconceito racial no Brasil, abordado na obra de G. Freyre (2013), *Casa grande & Senzala*, no aspecto que se refere ao poder do patriarcado exercido sob a exploração sexual de mulheres negras-escravas, é empregado como prova da ausência de discriminação racial, já que, os homens brancos aceitavam relacionar-se sexualmente com mulheres-negras. Mas como afirma Stolcker, (2008, p. 20) quando a mestiçagem acontece dentro do casamento ela de fato pode estar atrelada a ausência de preconceito racial, mas no caso do Brasil ela transformou toda uma raça, condenando-a resignação sexual dos senhores de engenho.

Segundo Abdias Nascimento, citado por Munanga, (2008, p. 86) é absurdo apresentar esse covarde cruzamento como prova de abertura as relações raciais, pois nós herdamos de Portugal toda uma estrutura patriarcal familiar, na qual o preço foi pago pela mulher negra.

As negras e os negros que sobreviveram a esse genocídio histórico, excluídos do processo de desenvolvimento social, hoje representam o grupo das minorias políticas no cenário público brasileiro. Quando não, interiorizaram todo o preconceito histórico exercido sobre sua raça, com isto buscam assimilação dos valores culturais brancos, o que finda por enfraquecer a solidariedade necessária para formação de uma identidade negra coletiva. (MUNANGA, 2008, p. 83).

Logo, a branquitude, considerada como atitude política/ideológica, referente à situação de superioridade e privilégio branco, busca-se manter a hegemonia social, por medo de perder sua exclusividade e sua respectiva representatividade. Contudo, há variações de acordo com o meio no qual os indivíduos estão inseridos, tendo em vista que, ela (branquitude) não se

constituiu ao longo da história buscando valorizar e resgatar os aspectos culturais, mas por meio da conquista desenvolveu-se e manteve-se a sua superioridade em relação à organização popular e/ou representação etno-política. (OLIVEIRA, 2007, p. 40 apud JESUS, 2012, p. 11).

No Brasil o termo branquitude foi utilizado pela primeira vez por Gilberto Freyre, em 1962, a fim de, criticar a utilização tanto do termo negritude quanto do termo branquitude, haja visto a ideia defendida de que no Brasil havia uma sociedade democrática racialmente. (CARDOSO, 2008, p. 56 apud JESUS, 2012, p. 3-16). Mas a negritude caracterizada pela conscientização dos povos negros e africanos busca o resgate por meio da subjetividade negra, perdida pela dominação ocidental branca. (FERREIRA, 2007, p. 173 apud JESUS, 2012, p. 10).

Na sua retórica contra as desigualdades raciais, os movimentos negros organizados enfatizam, entre outros, a reconstrução de sua identidade racial e cultural como plataforma mobilizadora no caminho da conquista de sua plena cidadania. Eles preconizam que cada grupo respeite sua imagem coletiva, que a cultive e dela se alimente, respeitando ao mesmo tempo a imagem dos outros... Ora, uma tal proposta esbarra na mestiçagem cultural, pois o espaço do jogo de todas as identidades não é nitidamente delimitado. Como cultivar independentemente seu jardim se não é separado do jardim dos outros? No Brasil atual, as cercas e as fronteiras entre as identidades vacilam, as imagens e os deuses se tocam, se assimilam. Por isso, tem-se certa dificuldade em construir uma identidade racial e/ou cultural 'pura', que não possa se misturar com a identidade dos outros. (MUNANGA, 1994, p. 184-116).

Neste sentido, a mestiçagem assumiu o papel de negação da diversidade nacional, que ao longo dos séculos nos consolidou enquanto sociedade desigual em termos culturais, sociais e econômicos. O processo de branqueamento populacional determinou a eliminação da multiplicidade racial em prol da própria hegemonia racial, assim conquistou a sua representatividade e garantiu a sua posição hierárquica social.

Parte II: O Facebook como palco de crimes raciais: um olhar para o virtual/real

O Facebook hoje é uma das maiores plataformas de comunicação do mundo com maior número de usuários ativos no Brasil, perdendo apenas para os Estados Unidos, segundo pesquisa publicada pela ferramenta de

inteligência de marketing digital da Serasa *Expirian*, a *Hitwise*. Como mecanismo de comunicação, o Facebook dispõe de páginas e grupos que possibilitam o compartilhamento de ideias e proporcionam o acesso a uma diversidade de grupos e conteúdos, viabilizando a troca rápida de informações entre os usuários da rede.

A ausência física torna mais fácil o anonimato dos indivíduos, uma vez que, não existe a relação pessoal e nem a possibilidade de conhecer a real personalidade do internauta, podendo assim começar ou terminar relações incontáveis vezes. (RECURO, 2006, p. 77). Essa segregação opera nos discursos de ódio que fomenta a discriminação de gênero, raça, étnico, religiosa, majoritariamente direcionada a violação dos direitos fundamentais, justificado pelo grupo coercivo, como liberdade de expressão. (SILVA, 2011, p. 445 apud FREITAS; BORDIGNON, 2013, p.111).

Identificar o discurso de ódio nas redes normalmente é mais difícil por se encontrar subentendido no meio virtual, quem propaga as ideias de ódio o faz de modo implícito, convocando e incentivando seguidores a semear "ofensas" a determinados grupos sociais, respaldados pelo direito de liberdade de expressão, tornam mais difícil a identificação e a punição dos enunciadores. (SILVA; BOLZAN, 2012, p. 3).

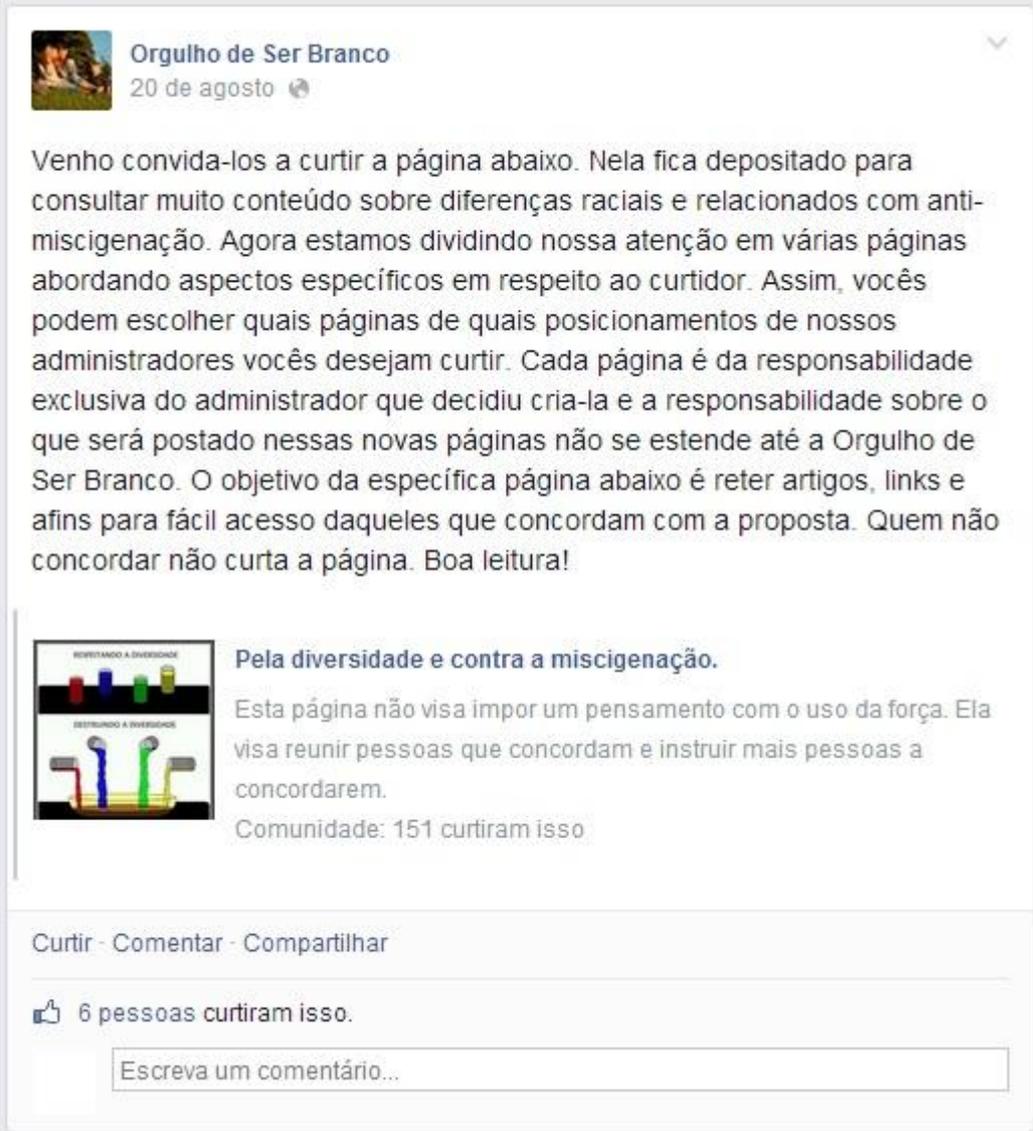
A linguagem opressora do discurso de ódio não é mera representação de uma ideia odiosa. Ela é em si mesma uma conduta violenta, que visa submeter o outro, desconstruindo sua própria condição de sujeito, arrancando-o do seu contexto e colocando-o em outro onde paira a ameaça de uma violência real a ser cometida - uma verdadeira ameaça, por certo. (BUTLER, 1997).

Em 2013, uma pesquisa realizada pela organização civil *Safenet*, mostrou que 16.672 endereços foram denunciados para a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos contra o *Facebook*, sendo que cerca de 6.811, foram denunciados por crimes racistas.

Na rede social *Facebook* encontramos a página *Orgulho de ser Branco*, (Disponível em: <<https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos?fref=ts>>; Acessado dia 24/8/14) na qual identificamos características de atos discriminatórios implícitos e explícitos. Na linha do tempo (espaço onde os administradores publicam os conteúdos) localizamos diversas argumentações sobre a questão da miscigenação atrelada a ideia de pureza racial. Na

página, houve um empenho por parte dos administradores, em mostrar as características estereotipadas das raças, sejam elas por meio de textos, reportagens ou fotos de perfis de famílias tradicionais europeias. Destacam de modo geral aspectos biológicos, levantados para justificar a predominância de uma suposta pureza racial, alegando que a mistura entre elas levaria a degeneração dos aspectos "puros".

Como fica evidente na figura abaixo selecionada da seguinte página:



Orgulho de Ser Branco
20 de agosto

Venho convida-los a curtir a página abaixo. Nela fica depositado para consultar muito conteúdo sobre diferenças raciais e relacionados com anti-miscigenação. Agora estamos dividindo nossa atenção em várias páginas abordando aspectos específicos em respeito ao curtidor. Assim, vocês podem escolher quais páginas de quais posicionamentos de nossos administradores vocês desejam curtir. Cada página é da responsabilidade exclusiva do administrador que decidiu cria-la e a responsabilidade sobre o que será postado nessas novas páginas não se estende até a Orgulho de Ser Branco. O objetivo da específica página abaixo é reter artigos, links e afins para fácil acesso daqueles que concordam com a proposta. Quem não concordar não curta a página. Boa leitura!

Pela diversidade e contra a miscigenação.

Esta página não visa impor um pensamento com o uso da força. Ela visa reunir pessoas que concordam e instruir mais pessoas a concordarem.

Comunidade: 151 curtiram isso

Curtir - Comentar - Compartilhar

6 pessoas curtiram isso.

Escreva um comentário...

A página sugerida e intitulada: "Pela diversidade e contra a miscigenação", apresenta a ideia de hegemonia específica das raças e a preocupação de manter a pureza racial branca. A diversidade não pode ser dada pelo isolamento das raças e como afirma Lévi-Strauss (1952) essa diversidade é construída pela interação de culturas diferentes, ocorre pela mistura e não pela segregação de grupos.

Branquitude não diz respeito aos discursos ingênuos que afirmam: 'somos todos iguais perante Deus, ou perante as leis'; ao contrário, reconhece que 'alguns são mais iguais do que os outros' e reverte o processo de se situar no espaço dos mais iguais para reivindicar a igualdade plena e de fato, para todos' (PIZA, 2005, p. 7 apud JESUS, 2012).

Quando pessoas brancas reconhecem a supremacia de sua própria raça e não se posicionam contrários a ela, permanecem omissos ao processo. O tratamento exclusivo e privilegiado à população branca é preservado como formato ideal, no entanto esse posicionamento reflete diretamente nos povos negros, que sem referenciais sociais e culturais, acabam por aderir ao branqueamento, afim de, se inserirem nos espaços. Isso implica no reconhecimento positivo de seus valores culturais e na possibilidade do resgate de sua formação por meio da exaltação de sua identidade, assim cumpre o papel de negatizar sua história e exaltar os estereótipos implantados pelo branco. (JESUS, 2012, p.11).

A hierarquia das raças no sistema colonial, não deixou parâmetro referencial à população negra, o que restou foi apenas a perspectiva de uma cultura inferior. O objetivo era incitar que a sua condição de negro era o pior que podia ter lhe acontecido, assim teriam adesão do seguimento branqueador, idealizado como referencial superior. (ANDRADE, 2012, p. 11). Não há como discutir branquitude ignorando a condição histórica que colaborou, disseminando-se como suprema. É importante se atentar com seu papel no contexto histórico, principalmente ao que reflete as questões do negro. (JESUS, 2012, p.11)

A identidade negra é também uma construção política. Por isso ela não pode ser vista de forma idealizada ou romantizada. O que isso significa? Significa que, no contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil e na diáspora, a construção de elos simbólicos vinculados à uma matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos (as) negros (as) brasileiros (as). Ser negro e afirma-se negro, no Brasil, não limita à cor de pele. É uma postura política. (ANDRADE, 2012 apud GOMES, 2003, p. 2-3).

Logo, considerando o amplo uso das redes sociais na contemporaneidade, principalmente no Brasil, o presente artigo, parte da pressuposição que a página Orgulho de Ser Branco, não é apenas um espaço

de troca de informações, mas um espaço político/ideológico ancorado nas perspectivas científicas do século XIX e XX sobre a superioridade do branco civilizado em detrimento do negro inculto, além de reforçar e promover discursos de ódio com a justificativa de liberdade de expressão.

O resgate da afirmação da negritude vem de encontro com a simultânea contribuição dos movimentos negros organizados e a sua luta histórica por direitos, que em âmbito ideológico, aparece como consciência racial. (DOMINGUES, 2004, p. 2).

Conclusões parciais

Os princípios científicos do desenvolvimento civilizatório implantados em nossa matriz cultural promoveram a negação de princípios de diversidade cultural. O processo de branqueamento instalado para promoção de uma identidade nacional branca resultou num brutal processo de negação e reconhecimento das populações não-brancas, cujo reflexo máximo desse processo histórico é a atual estrutura desigual, construída a partir de moldes exclusivos e acessíveis a um determinado grupo "dominante", que como destacamos ao longo desse artigo, não "puros", mas dentro dos "status sociais" e aceitáveis aos padrões estabelecidos.

As redes sociais, em destaque o *Facebook*, é um exemplo deste cenário hostil que garante a segurança de grupos e páginas de conteúdos de ódio a grupos que encontram-se a margem dos processo de padronização. O anonimato dos usuários que configuram a rede como palco de afirmação e legitimação de sua identidade faz com que crimes de racismo não sejam julgados juridicamente.

As páginas "Orgulho de ser branco" ou "O racismo começa quando" é a negação de todo o processo histórico que consagrou a supremacia branca e provocou a negação da cultura negra, que destoante à branquitude ainda batalha pela construção de uma identidade coletiva. Logo, as afirmações proferidas nestas páginas são fundamentos importantes em relação à demonstração de discurso de ódio operante nas redes, que tendem a

fomentar a discriminação e violação de direitos fundamentais, justificados na maioria das vezes pelo princípio da liberdade de expressão.

Esse discurso divulgado com o intuito de aderir seguidores e disseminar conteúdos provoca e incita à segregação e a violência de grupos ditos "inferiores", essa é a representação da herança histórica de colonização e práticas científicas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. F. Melisaa. *Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância – Um estudo de caso da comunidade NEGROS do Orkut*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

CARTA Capital. Quando opiniões matam. Djamila Ribeiro. 2014. *Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/opinioes-5314.html>> Acesso em: 6 out. 2014.

CASTRO, Celso. *Evolucionismo Cultural textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005. 50 p.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 248p.

DOMINGOS, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun., 2005.

FREITAS, S. Riva de; BORDIGNON, Micheli. Discurso do ódio e Exclusão Social: Marcas do Racismo. *Revista - Unoesc International Legal Seminar*, Chapecó, v. 2, n. 1, 2013.

FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: _____. *Gilberto Freyre Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. São Paulo, SP: Global, 2013. p.64-117.

JESUS, M. Camila de. *Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco*, 2012 < Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>> Acesso em: 20 out. 2014.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, SP: Annablume, 2012. 208 p. (Coleção Queer).

MUNANGA, Kebengele. *Identidade e democracia: algumas reflexões críticas sobre o discurso anti-raciais no Brasil*. Apresentação de Trabalho/Congresso.1994.

MUNANGA, Kebengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. 127 p.

NÓBREGA, Livia. A Construção de indenticidades nas redes. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 20, n. 1/2, p. 95-102, jan./fev. 2010.

RECURO, Raquel. *Comunidades virtuais em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no fotolog.com*. Dissertação (Doutorado em Biblioteconomia e Comunicação) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.

SILVA, Rosane Leal Da; BOLZAN, Q. S. Luiza. *Discurso de Ódio: liberdade de expressão ou violação dos direitos humanos?*, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7116.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2014.